

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Investigar, publicar e reparar: a virada memorial das Comissões Universitárias da Verdade no tempo presente brasileiro (2012-2025)

Investigating, publishing, and repairing: the memorial turn of University Truth Commissions in contemporary Brazil (2012-2025)

Pedro Ernesto Fagundes ¹

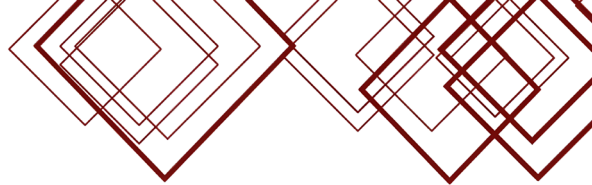
Resumo: Neste artigo, analisamos os desdobramentos das atividades das Comissões Universitárias da Verdade (CUVs) e seu papel no processo de reconstrução da memória sobre a repressão política nas universidades brasileiras. Atualmente, as ações das CUVs consolidam uma tripla inscrição sobre as instituições de ensino: durante a ditadura, as universidades foram simultaneamente espaços de resistência e de repressão; na conjuntura atual, configuram-se como lugares privilegiados de reparação histórica. Nesse sentido, enfatizamos aspectos e legados que marcaram, e continuam a marcar, as duas fases da trajetória dessas comissões setoriais.

Palavras-chaves: Comissões Universitárias da Verdade; Comissão Nacional da Verdade; História do Tempo Presente; História Pública.

Abstract: This article examines the unfolding of the activities carried out by the University Truth Commissions (CUVs) and their role in the process of reconstructing collective memory concerning political repression within Brazilian universities. At present, the initiatives undertaken by the CUVs inscribe a threefold dimension upon higher education institutions: during the dictatorship, universities simultaneously functioned as sites of resistance and instruments of repression; in the contemporary context, they have emerged as privileged arenas for historical reparation. We highlight aspects and legacies that have shaped — and continue to shape — the two phases of these Commissions' trajectory.

Keywords: University Truth Commissions; National Truth Commission; history of the present time; Public History

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Bolsista de Produtividade em pesquisa da CNPq. Foi bolsista Pesquisador Capixaba FAPES (2023-2025). Essa pesquisa também contou com recursos do Edital Universal da CNPQ (Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023) e do Edital Universal da FAPES (Edital Fapes Nº 28/2022). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1419-1130>. E-mail: pedroernestoufes@gmail.com.



Introdução

A criação das Comissões Universitárias da Verdade (CUVs) no Brasil, na década passada, representa um marco fundamental na construção de políticas de memória no ambiente universitário. Esses organismos surgiram como resposta à instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, desempenhando um papel central na investigação de violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985).

A CNV e as comissões setoriais² despertaram interesse e fomentaram discussões nos meios institucionais, na imprensa, no mundo acadêmico e em diferentes espectros políticos, ainda que seus legados e lacunas tenham sido alvos constantes de análises e críticas.

Exemplo disso foi a publicação, em 2016, da coletânea *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua implementação dois anos depois* (Jo Westhrop et al, 2016), organizadas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER). A obra já destacava as dificuldades para efetivar a maioria das recomendações do Relatório Final da CNV. (Brasil, 2014).

345

Em 2016, essa publicação mencionava que, enquanto o acesso aos arquivos da repressão e as políticas de memória teriam avançado modestamente, temas como reforma das estruturas de segurança pública, responsabilização por violações dos direitos humanos e mudanças na “cultura do sigilo” – especialmente nas Força Armadas – permaneciam inalterados.

2 As denominadas comissões setoriais foram estabelecidas em diferentes esferas, abrangendo os níveis estadual, municipal, sindical, parlamentar e as universidades. Para saber mais, ver em: BUARQUE DE HOLLANDA, C., & Israel, V. P. (2020). Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista De Sociologia E Política*, 27(70), 1–21.



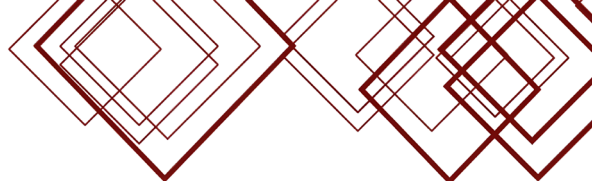
Em março de 2023, sete anos depois da publicação do ISER e onze anos após a criação da CNV, o Instituto Vladimir Herzog (IVH) divulgou a primeira edição do relatório *Fortalecimento da Democracia* (Schincariol; Abreu, 2023), sintetizando em números as dificuldades e, sobretudo, os retrocessos na implementação das recomendações: 14 não foram realizadas (48%) e 7 retrocederam (24%). O total de recomendações não efetivas soma 72% (Schincariol; Abreu, 2023), o que evidencia a manutenção da impunidade quase uma década após a publicação do Relatório Final da CNV.

Dois anos depois, em novembro de 2025, num evento que contou com a participação de parlamentares e representantes do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o IVH publicou a 2ª edição do relatório *Fortalecimento da Democracia*. Esse texto, através de dados, destacou o *estado de retrocesso* em torno das recomendações.

346

Os números apresentados nos relatórios do IVH refletem o recente cenário político brasileiro. Esse curto período – 2016 a 2025 – foi marcado por profundas mudanças: o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer (2016-2018), a ascensão eleitoral da extrema-direita com Jair Bolsonaro (2019-2022), a pandemia global e o retorno de Lula da Silva à Presidência (2023), seguida pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

Em paralelo, observou-se um recrudescimento de manifestações e discursos ancorados no negacionismo histórico e na exaltação de figuras associadas ao regime ditatorial. Nesse contexto, o processo de estagnação das políticas públicas de memória, iniciadas no governo Temer, foi aprofundado na gestão Bolsonaro. Como consequência, a implementação das recomendações das comissões da verdade foi diretamente comprometida, permanecendo em estado de latência institucional.



E mais, entre 2019 e 2022, projetos, programas e políticas públicas voltadas para as discussões sobre o passado recente foram deliberadamente desmobilizados. Como casos emblemáticos podemos citar: a extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e o desmonte de políticas arquivísticas do Arquivo Nacional (AN), especialmente as vinculadas ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas.

A partir de 2023, houve uma mudança significativa na implementação de medidas simbólicas previstas no capítulo temático “Violações dos direitos humanos nas universidades”, do Relatório Final da CNV (Brasil, 2014) e presente na maioria dos relatórios das CUV’s. A assimetria observada na implementação das medidas reparatórias contribuiu para consolidar as universidades brasileiras como espaços privilegiados de elaboração e de efetivação de atos de memória.

347

Decorrida mais de uma década desde a criação das primeiras CUVs, identificam-se duas fases distintas nessa trajetória. A primeira, denominada fase de investigação, foi impulsionada pelos trabalhos da CNV, considerando que a maioria dessas comissões setoriais (a incluir as universitárias) foi instituída a partir de 2012. Nesse período inicial, os trabalhos das CUVs foram marcados, sobretudo, pelo levantamento de novas fontes, pela constituição de acervos documentais e testemunhais, bem como pela elaboração de seus respectivos relatórios finais.

A segunda etapa, que pode ser caracterizada como fase de reparação, emergiu em um novo contexto político, especialmente motivado pela efeméride dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964 (em 2024) e pela reação democrática aos atos golpistas ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Esse novo cenário foi determinante para que as universidades – como destacaremos a seguir – se mobilizassem com vista à implemen-



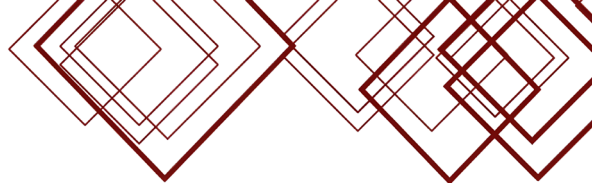
tação de algumas das medidas reparatórias propostas em seus relatórios finais, até aquele momento não efetivadas.

Para abordar essa recente mobilização, este texto está estruturado em dois momentos. No primeiro, apresenta-se as características e os dados que definiram a fase inicial de criação das comissões universitárias. No segundo momento, discute-se as iniciativas institucionais que marcaram – e ainda marcam – a chamada segunda fase das trajetórias das CUVs nas diversas regiões brasileiras.

A criação das Comissões Universitárias da Verdade: dos desencontros iniciais às reparações históricas

348 Em 25 de fevereiro de 2013, o Centro de Convenções Israel Pinheiro, no Distrito Federal (DF), foi palco da chamada “Reunião Ampliada com Comissões da Verdade e Instituições Parceiras” – evento organizado pela coordenação da CNV. O objetivo do encontro, segundo documento distribuído aos participantes, era apresentar as iniciativas da Comissão Nacional nos seus primeiros meses de atividades. Além disso, pretendia-se dialogar sobre as propostas apresentadas pelos representantes das comissões setoriais e entidades participantes, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), os fóruns de memória, as Centrais Sindicais, etc.

Entretanto, a disposição dos membros da CNV para o diálogo ficou restrita a alguns setores. Apesar da presença de representantes das comissões universitárias da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Comissão da Verdade da UNE, a coordenação da CNV, naquele momento, não demonstrou interesse em criar um grupo de trabalho (GT) especí-



fico sobre a repressão nas universidades. Contudo, no encontro foram criados diversos outros GT's.³

Apenas em dezembro de 2013, após contatos e tratativas independentes de representantes das comissões universitárias, houve uma iniciativa da coordenação da CNV. Esse primeiro gesto partiu de integrantes da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. O encontro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 18 de dezembro, contou com a participação de diversas comissões universitárias.⁴

Essa informação é relevante para compreendermos a dimensão do movimento das comissões universitárias da verdade. Apenas em janeiro de 2014, quase 20 meses após sua instalação, a CNV indicou uma pesquisadora sênior – a historiadora Angélica Müller – para acompanhar as atividades da CUVs. Embora tardia, a medida foi essencial para as atividades das comissões.

349

Dessa forma, a partir de fevereiro de 2014 foram realizados novos encontros, reuniões de trabalho, visitas técnicas e, sobretudo, a formalização de diversos acordos de cooperação entre a CNV e as CUVs. A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, integrante da coordenação da Comissão Nacional, acompanhou duas reuniões com as comissões universitárias. Contudo, é importante destacar que essas iniciativas ocorre-

3 A CNV organizou grupos de trabalho (GT), inicialmente, as temáticas de pesquisa eram as seguintes: Golpe de 1964; Estrutura de repressão; graves violações de Direitos Humanos (torturados, mortos e desaparecidos); Violações no campo; Violações de direitos de indígenas; Araguaia; Operação Condor; Violações contra estrangeiros e violações fora do Brasil; Ditadura e Sistema de Justiça; Papel das igrejas durante a Ditadura; Perseguição a militares; O Estado Ditatorial-Militar; Ditadura e Gênero.

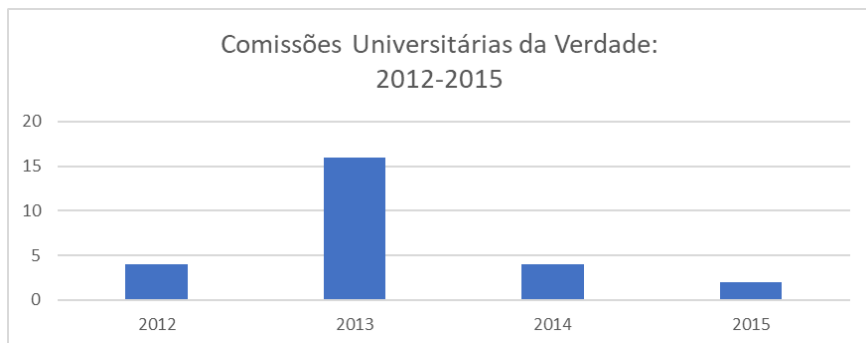
4 Entre elas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e UFES.



ram, principalmente, devido a pressões exercidas pelos integrantes das comissões setoriais das universidades.

Entre 2013 e 2015, após superar os desencontros iniciais, foram instaladas, segundo Monica Tenaglia (2019), um total de vinte e seis (26) comissões universitárias. Conforme indicado na Figura 1, a maioria das CUVs foi criada em 2013, representando cerca de 25% das iniciativas em âmbito nacional.

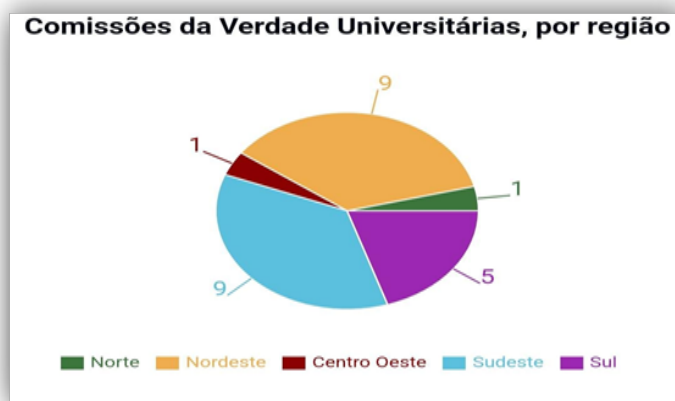
Figura 1 – Comissões Universitárias da Verdade no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Conforme a Figura 2, a seguir, é possível afirmar que, nessa primeira fase, a instalação de comissões nas universidades permitiu que os debates públicos sobre a ditadura se difundissem – simultaneamente – por todas as regiões. Por exemplo, na região Norte e na região Centro-Oeste registraram a instalação de duas CUVs, respectivamente, uma na Universidade Federal do Pará (UFPA) e a outra na UnB. Por sua vez, a região Sul totalizou cinco (05) comissões

Figura 2 – Comissões Universitárias por região do Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – Elaboração do autor

Se comparadas as quantidades de comissões universitárias em relação aos números gerais levantados por Tenaglia (2019), é possível observar, que em regiões como a Centro-Oeste, as CUVs representaram 50% das comissões instaladas. Por sua vez, a região Sul registrou a criação de oito (8) comissões setoriais, sendo a maioria – cinco (05) – comissões universitárias. Na região Sudeste foram instaladas nove (09) CUVs num quantitativo de trinta e sete (37) comissões setoriais.

351

A região Nordeste totalizou dezessete (17) comissões setoriais. Destas, mais de 50% foram universitárias – nove (09), no total. Tal dado é mais relevante se averiguarmos que no Nordeste foram instaladas o mesmo número de comissões universitárias que no Sudeste.

No decorrer das atividades da primeira fase, as comissões universitárias apresentaram algumas características peculiares. Primeiro, a experiência das comissões da verdade no Brasil possibilitou, que em diferentes estados, de forma assimétrica e descentralizada, fossem pesqui-



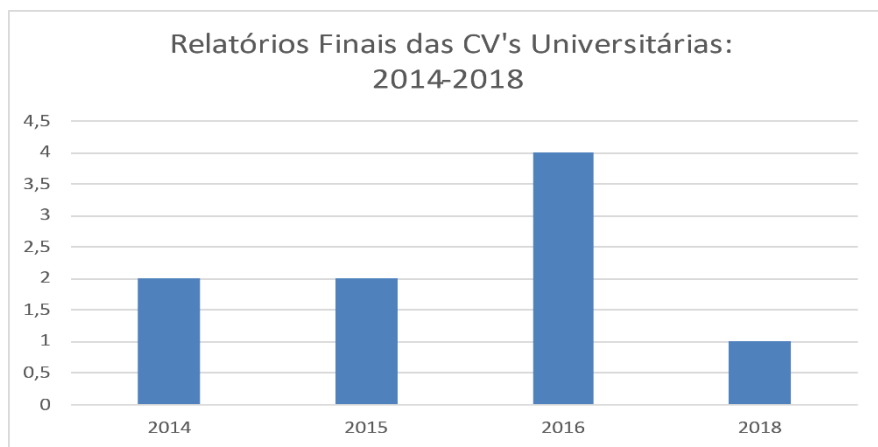
sados, analisados e publicadas uma novíssima literatura sobre a ditadura militar. Uma bibliografia que privilegiou todos os sotaques, ampliando o conhecimento sobre novos personagens e cenários. Essa característica foi fundamental para acrescentar uma versão descentralizada da “história consagrada” da ditadura, que antes era protagonizada especialmente por personagens e capítulos vivenciados no eixo Rio-São Paulo (Fagundes, 2025).

Uma segunda característica foi a relação autônoma que muitas comissões universitárias estabeleceram com as reitorias, direções e órgãos institucionais. Essa situação foi fundamental para alcançar os objetivos das CUVs. Uma das variáveis para mensurar essa situação foi a produção dos chamados relatórios finais. Ao observar a Figura 3, podemos constatar que, entre 2014 e 2018, as CUVs produziram nove (09) relatórios finais.⁵ Houve ainda a iniciativa da Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA que, apesar de não publicar um Relatório Final, empenhou-se na organização do acervo documental digital que registrou os casos de repressão contra a comunidade universitária paraense.⁶

5 Universidade Federal da Bahia (UFBA); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade de São Paulo (USP).

6 Disponível em: < <https://memorialcesarleite.com.br/> >. Acesso em: 17 mai. 2025.

Figura 3 – Relatórios Finais das Comissões da Verdade Universitárias



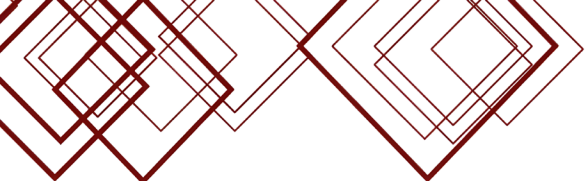
Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Essas experiências acumuladas na fase inicial das comissões universitárias, especialmente a ampliação das fontes de pesquisa e a produção de seus relatórios finais, têm sido fundamentais para espelhar as atividades das novas CUVs, criadas recentemente. Ainda nesse momento inicial aconteceram ações que pretendiam implementar as recomendações das comissões através de reparações históricas.

353

A efeméride dos 50 anos do golpe de 1964, em 2014, mobilizou diversas atividades que pretendiam “descomemorar” a data. No contexto, destacam-se três iniciativas que evidenciaram a persistência dos legados autoritários nas Instituições de Ensino Superior.

A primeira surgiu a partir da solicitação da Comissão da Verdade da UFES (CV UFES). Em 1º de abril de 2014, na sala de sessões dos Conselhos Superiores – o espaço mais importante da instituição – ocorreram dois atos históricos. O primeiro foi a retirada da placa em homenagem ao ex-presidente general Humberto Castelo Branco



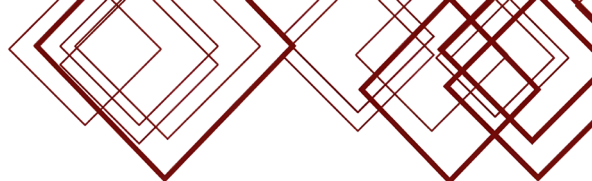
(1964-1967), originalmente instalada em 1966.

Durante a cerimônia, a placa foi retirada por Laura Coutinho e Ângela Milanez, ambas ex-alunas da UFES, que sofreram graves violações de direitos humanos durante a ditadura. No lugar da antiga placa, foi afixada uma nova, em homenagem aos membros da “comunidade universitária que atuaram em defesa das liberdades democráticas durante a ditadura militar”. Essa cerimônia constituiu, no âmbito das atividades da CUVs, a concretização de uma das primeiras ações de reparação histórica realizadas no interior de uma universidade brasileira.

354

Em seguida, foi realizada a posse simbólica do ex-reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, empossado em 1963 e exonerado logo após o golpe, em abril de 1964. O ex-dirigente foi representado por seu filho, Marcelo Paes Barreto. Estiveram presentes no ato, o reitor, diretores, discentes e docentes da UFES. Reitero: esse evento inaugurou um conjunto de intervenções – retirada e substituição de placas e posse simbólica – que se espalhariam, na década atual, por diferentes universidades brasileiras.

A segunda iniciativa foi provocada por integrantes da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), criada a partir da Portaria GR 111/2013, de 20 de setembro de 2013. Essa comissão foi formada, majoritariamente, por docentes da instituição e encerrou seus trabalhos em 2015. Data da entrega oficial de seu Relatório Final. Os integrantes da comissão, em 2014, aproveitando os debates públicos sobre o cinquentenário do golpe de 1964, solicitaram cassação do título de *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1973, ao coronel Jarbas Passarinho – ex-ministro da Educação durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

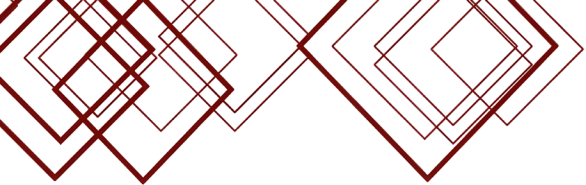


Apesar de a solicitação ter sido apreciada e debatida pelo Conselho Universitário da Unicamp (CONSU), a proposta não obteve o número mínimo de votos necessários para a revogação do título. Refletindo as disputas internas da instituição, a manutenção do título prevaleceu em agosto de 2014, com 49 votos favoráveis à revogação, 10 contrários a retirada da homenagem e 10 abstenções. Apenas em 2021, uma nova solicitação de cassação do título de *Doutor Honoris Causa* foi analisada e, desta vez, aprovada por unanimidade.

Em sessão ordinária realizada em 10 de dezembro de 2015, o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Rio de Janeiro decidiu, por unanimidade e aclamação, revogar o título de *Doutor Honoris Causa* concedido em 1972 ao então general-presidente Médici (1969-1972). A proposta de revogação foi apresentada pela comunidade universitária em conjunto com a Comissão Memória e Verdade da instituição (CMV/UFRJ). Este episódio constituiu o primeiro caso de ação de memória bem-sucedida que resultou na retirada do título honorífico anteriormente atribuído a um ex-agente do estado atuante durante a ditadura.

355

As três iniciativas mencionadas evidenciam que as reivindicações por reparações históricas – retirada de homenagens, atos simbólicos de posse e cassação de títulos – dos grupos atingidos pela repressão política já integravam, desde a fase inicial, a agenda das CUVs. Nesse sentido, torna-se fundamental contextualizar de que maneira as mudanças no cenário político, especialmente após 2016, repercutiram nas atuais políticas de memória, com destaque para a ampliação das iniciativas de reparação a partir de 2023.



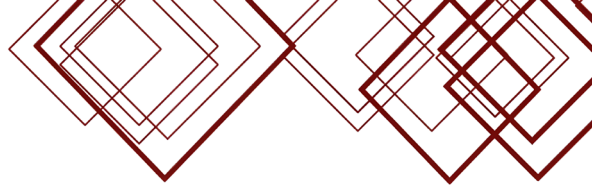
Reparar: a segunda fase das CUV's

A segunda fase das CUV's é caracterizada principalmente pelas ações de reparação, intensificadas desde o início da década de 2020. Entre os fatores decisivos para essa nova conjuntura, destacam-se a ampliação das fontes documentais e testemunhais que, em conjunto com os relatórios finais das comissões setoriais da primeira fase, foram fundamentais para embasar, no período pós-2022, as atuais ações de memória nas universidades.

356 O protagonismo das universidades deve ser compreendido à luz das restrições orçamentárias e das tensões institucionais que marcaram a gestão federal entre 2019 e 2022. Como consequência, a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi tensionada por práticas que subverteram ritos democráticos: quase duas dezenas de universidades enfrentaram o impedimento de reitores eleitos e a nomeação de interventores sem respaldo das comunidades acadêmicas e, em alguns casos, a completa negação da nomeação de dirigentes (Parentoni, 2022). Tais episódios evidenciam uma tentativa da extrema-direita de instrumentalização política e de cerceamento de espaços historicamente voltados à produção científica e ao exercício democrático.

Contudo, o compromisso com a democracia foi reafirmado, especialmente no âmbito da comunidade universitária, a partir dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Nessa data, a sociedade brasileira testemunhou a mais grave ameaça à democracia nas últimas décadas. O episódio, juntamente com seus desdobramentos – como o inédito indiciamento e prisões de integrantes e ex-integrantes das Forças Armadas por tentativa de golpe de Estado – recolocou no debate público os legados e as permanências do autoritarismo no Brasil.

A atual segunda fase, a partir do acúmulo memorial detectado na



fase anterior, tem orientado as atividades das novas Comissões Universitárias. Essa etapa é caracterizada por um conjunto de iniciativas simbólicas e reparações históricas. Se, como destacamos, os anos recentes foram marcados por um acirramento das disputas políticas em torno do passado ditatorial, essas novas batalhas de memória resultaram no momento em um notável crescimento das políticas de memória.

Nos últimos anos, por exemplo, foram instaladas sete novas comissões da verdade: uma na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em abril de 2024, e outra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em dezembro. Ainda no mesmo ano foi criada a Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva” (CVMJR), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

No Nordeste, foram instituídas mais três comissões. Em 2024, na Universidade de Pernambuco (UPE). Mais recentemente, em março de 2025, foram criadas duas comissões: a Comissão da Verdade da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Comissão da Verdade, Memória e Reparação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).⁷

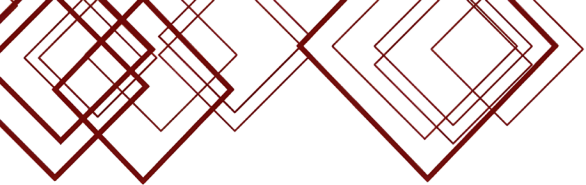
357

Em março de 2025, foi instalada a chamada Comissão de Memória, Verdade e Justiça da Associação de Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (CV- ADUFMAT). Entre seus objetivos constam: levantar informações sobre a repressão política contra a comunidade e criar espaços de memória dentro da UFMT.⁸

Aproveitando a efeméride dos 60 anos do golpe de 1964, houve

7 As informações estão disponíveis em: <https://www.cbnrecife.com/artigo/upe-realiza-pesquisa-sobre-estudantes-e-servidores-atingidos-pela-ditadura-de-1964>. Acesso em: 11 nov. 2025.

8 Disponível em: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/2023-11-11-14-06-07/noticias/item/7576>. Acesso em: 29 out. 2025.



um crescimento nas ações de reparação visando criar espaços de memória. Assim, em 1º de abril de 2024, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) concedeu o título de Doutor *Honoris Causa* (*post mortem*) ao ex-presidente João Goulart (1961-1964).⁹

O Conselho Universitário da Universidade de Brasília (Consuni/UnB) aprovou, em sessão solene realizada em 7 de junho de 2024, por aclamação, a concessão do diploma póstumo de geólogo a Honestino Guimarães – egresso da instituição, ex-presidente UNE e reconhecido como desaparecido político desde 1973.¹⁰

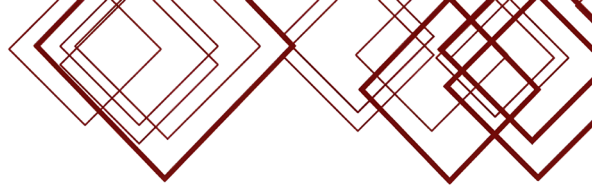
358 Visando atender as demandas de memória, diversas instituições de ensino federal, entre 2024 e 2025, cassaram *diplomas honoris causa* de ex-dirigentes da época da ditadura. Entre as universidades que adotaram essas iniciativas podemos citar: a UFPR, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a UFPel e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

Nesse contexto, em 27 de fevereiro de 2025, o Conselho Universitário da UFES (Consuni/UFES) decidiu, por unanimidade, cassar os títulos de *Doutor Honoris Causa* concedidos a dois ex-presidentes da ditadura militar brasileira – Emílio Garrastazu Médici e Humberto de Alencar Castelo Branco – além do ex-ministro da Educação, Rubem Carlos Ludwig. A decisão teve como base as recomendações do Relatório Final CV-UFES, publicado em 2016 (Fagundes, 2025).

Com o mesmo propósito, o Conselho Universitário da UFRN (Consuni/UFRN) aprovou, também por unanimidade, em 25 de abril de 2025, a revogação das resoluções que haviam concedido o título

9 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2024/04/02/60-anos-do-golpe-ufjf-concede-titulo-de-doutor-honoris-causa-a-joao-goulart>. Acesso em: 29 out. 2025.

10 Disponível em: <https://noticias.unb.br/institucional/7379-unb-concede-diploma-de-geologo-a-honestino>. Acesso em: 29 out. 2025.



de *Doutor Honoris Causa* ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1966, e ao general Emílio Garrastazu Médici, em 1971.¹¹ Essa iniciativa atendeu igualmente às recomendações do Relatório Final da CV-UFRN (2015). No mesmo ano, medidas semelhantes foram adotadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)¹² e na Universidade Federal Fluminense (UFF).¹³

Ao longo de 2025, a Universidade de São Paulo (USP) promoveu uma série de cerimônias para conceder diplomas honoríficos aos estudantes mortos durante o regime autoritário.¹⁴ Com o mesmo objetivo, em 1º de abril de 2025, a UFAL realizou uma sessão solene em homenagem aos integrantes da comunidade universitária perseguidos durante a ditadura militar.¹⁵ A Universidade Federal do Ceará (UFC), em 16 de maio, concedeu, em caráter *post mortem*, o diploma de bacharel em Química ao estudante Bergson Gurjão Farias.¹⁶

359

A Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação da UNIRIO, em agosto de 2025, elaborou um relatório indicando os motivos para a cassação dos títulos de *Doutor Honoris Causa* concedidos pela instituição, em 1973, aos ex-ministros da Educação Tarso de Moraes

11 Disponível em: <https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/89807/ufrn>. Acesso em: 11 nov. 2025.

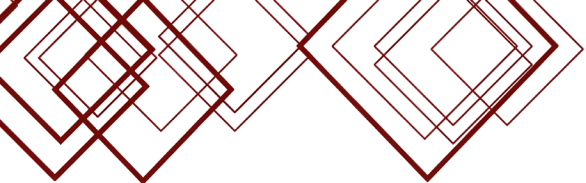
12 Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/conselho-universitario-da-uerj-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa>. Acesso em: 11 nov. 2025.

13 Disponível em: <http://aduff.org.br/site/index.php/notocias/noticias-2025/item/6578>. Acesso em: 11 nov. 2025.

14 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/03/28/usp-promove-diplomacao-de-estudantes-mortos-na-ditadura-militar>. Acesso em: 10 out. 2025.

15 Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2025/04/02/ufal>. Acesso em: 10 out. 2025.

16 O estudante Bergson Gurjão Farias é um dos desaparecidos da chamada guerrilha do Araguaia. Mais informações, em: <https://www.ufc.br/noticias/noticias-da-reitoria/19429-ufc-diploma-bergson-gurjao-farias>. Acesso em: 11 nov. 2025.



Dutra (1967-1969) e Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974).¹⁷ Em 3 de outubro de 2025, a Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina (UEL) entregou ao Conselho Universitário o seu Relatório Final, resultado de um trabalho iniciado em 2015.¹⁸

Tabela 1 – Ações das Comissões Universitárias da Verdade

Ano	Número de ações
2014	3
2015	1
2021	1
2022	1
2023	3
2024	12
2025	6

Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor.

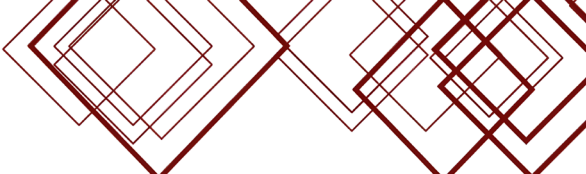
360

Em seu conjunto, essas iniciativas da segunda fase das CUVs, atendem a uma série de demandas históricas relacionadas ao passado recente. Apenas para comparação, como indica a Tabela 1, entre 2012 e 2022 foram realizadas nove ações de reparação histórica. Contudo, no contexto de 2024 e 2025, esses novos usos dos espaços públicos ganharam impulso, resultando em 18 atividades simbólicas, honoríficas e na instalação de novas comissões universitárias.

Esses dados reforçam nossos argumentos ao evidenciar que os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 – somados à efeméride dos 60

17 Disponível em: Comissão da Verdade apresenta relatório sobre títulos concedidos a ex-ministros da ditadura militar - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Acesso em: 19 nov. 2025.

18 Disponível em: <https://redelume.com.br/2025/10/03/comissao-da-verdade-da-uel-entrega-relatorio-final-sobre-repressao-na-ditadura/>. Acesso em: 17 out. 2025.



anos de 1964, em 2024, e o acúmulo memorial da primeira fase das CUVs – atuaram como catalisadores para a difusão e ampliação dos debates públicos sobre democracia e políticas de memória, em especial, no âmbito das universidades brasileiras.

Tabela 2 – Ações de reparações nas universidades brasileiras

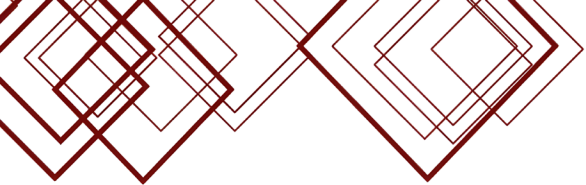
Tipo de ação de reparação	Frequência/ universidades
Cassação de título de <i>Doutor Honoris Causa</i>	11
Diplomação honorífica (<i>post mortem</i>)	10
Criação de comissões universitárias da verdade	7
Substituição de placas/homenagens simbólicas	2
Inauguração de monumentos	2

361

Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Nos dados apresentados na Tabela 2, destacam-se atividades de memória realizadas pelas universidades. É importante frisar que os processos de reparação foram contabilizados por instituição. Ao todo, dez universidades fizeram diplomações honoríficas *post mortem*. Essa explicação é relevante, visto que a USP, desde 2023, desenvolve o chamado “Projeto Diplomação da Resistência”,¹⁹ que já conferiu homenagens a 39 estudantes, seis professores e dois ex-funcionários, todos atingidos pela violência política durante a ditadura.

19 Maiores informações, disponíveis em: <https://prip.usp.br/projetos/diplomacao-da-resistencia/>.



Lugares de memória e as disputas pelo passado: a virada memorial

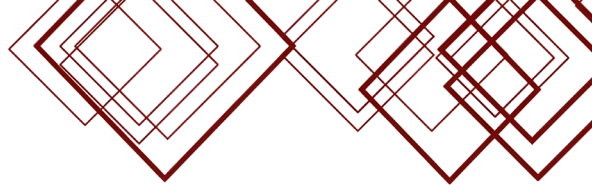
A entrega de relatórios finais, a criação de novas CUVs e, sobretudo, a cassação de homenagens a ex-agentes da ditadura, intensificadas recentemente, são o resultado da chamada virada memorial que baliza a segunda fase das comissões universitárias. Entre as reparações históricas, uma prática consolidou-se: as revogações de títulos de *Doutor Honoris Causa*.

Essa iniciativa se insere no movimento contemporâneo das políticas de memória e história pública que, no Brasil e no exterior, questiona homenagens a figuras ligadas a passados opressivos. Esse movimento, fortalecido internacionalmente nos últimos anos, manifesta-se no contexto brasileiro como um desdobramento das atividades das comissões da verdade, em especial das comissões universitárias.

362

As disputas em torno dos chamados lugares de memória, conforme Pierre Nora (1993), surgem porque esses espaços não são neutros. Suas definições e permanências refletem relações de poder e projetos políticos. Por isso, diferentes grupos sociais podem disputar o reconhecimento, a interpretação ou até mesmo a existência de certos lugares de memória.

Construir estátuas, confeccionar bandeiras, preparar cerimônias fúnebres, demarcar datas cívicas, inaugurar monumentos, enfim, há um conjunto de símbolos construídos ao longo da história (Nora, 1993). É preciso demarcar que esses vestígios servem para recontextualizar as controvérsias sobre o passado. Esses artefatos carregam uma intenção de lembrar e celebrar determinados fatos e personagens. Igualmente, todos os monumentos são “porta-vozes” de um discurso que colabora para o esquecimento de outros fatos históricos “incômodos”. Em momentos de ressignificação política esses lugares de memória se tornam cenários



de controvérsias.

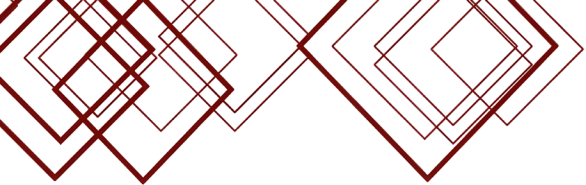
A nomeação de logradouros públicos com nomes de ex-presidentes que chegaram ao poder por meio de golpes pode ser vista como uma forma de legitimar determinadas manifestações das disputas pelo passado. Em contrapartida, a retirada de placas ou a cassação de homenagens também são formas de reconfigurar a memória pública, muitas vezes impulsionadas por movimentos sociais que questionam tributos a figuras controversas – antigos escravocratas ou ditadores – ou, como vimos, por recomendações das comissões da verdade.

Durante a ditadura militar, tornou-se comum, como forma de demarcar a intervenção autoritária nos ambientes universitários e de expressar adesão ao projeto político-militar, que dezenas de Instituições de Ensino Superior – em todas as regiões do país – concedessem títulos de *Doutor Honoris Causa* a agentes públicos, como ex-presidentes e ex-ministros.

363

Ao contrário das celebrações relacionadas à mudança de nomes de logradouros públicos – geralmente fruto de uma intervenção direta do Poder Executivo ou Legislativo, sobretudo no âmbito municipal – os títulos honoríficos concedidos durante a ditadura refletem a correlação de forças internas e o contexto político das universidades entre as décadas de 1960 e 1980.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), as Instituições de Ensino Superior foram alvos centrais da comunidade de informação durante a ditadura militar, especialmente por meio da criação de dezenas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs). Em resposta à crescente repressão, diversos setores institucionais adotaram posturas mais pragmáticas como estratégia de sobrevivência. Nesse cenário, tornou-se recorrente, segundo o autor, a adoção de atitudes de acom-



dação e adesão dentro das universidades, revelando uma dinâmica que se consolidou como uma das principais atitudes sociais ao longo da ditadura.

Destaca-se o fato de que, mesmo décadas após o fim da ditadura, essas honrarias ainda persistem. Foi necessária uma combinação de pressões internas – militantes estudantis e recomendações das comissões da verdade – e externas – como a atuação do Ministério Público Federal (MPF) – para que tais tributos aos ex-dirigentes do período ditatorial fossem finalmente cassados.

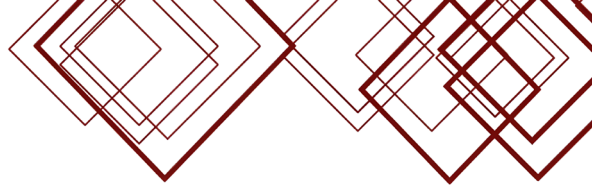
Entre avanços e retrocessos

364

Os incontornáveis debates e controvérsias sobre os legados e lacunas da CNV permanecem presentes nos debates públicos. Como destacamos, as duas edições do Relatório do Instituto Vladimir Herzog (IVH), em 2023 e 2025, afirmaram que – uma década após o encerramento das atividades da Comissão Nacional da Verdade – o panorama da implementação de suas recomendações, bem como da maioria das comissões setoriais correlatas encontra-se em “estado de retrocesso”.

Por outro lado, a partir de 2023, é possível constatar que diversos segmentos – institucionais, governamentais, acadêmicos e dos movimentos sociais – mobilizaram-se em torno da retomada dessa pauta. Nesse contexto, o próprio IVH publicou as duas edições de seu relatório. No campo acadêmico, a efeméride da criação da CNV e das atividades das comissões setoriais motivou um novo conjunto de publicações.²⁰ Esses trabalhos recentes indicam que, uma década depois, a experiência das comissões setoriais da verdade fomentou a ampliação

20 Ver entre outros: Gallo; Del Río; Maia (2023); Perlatto (2023) e Fagundes et al (2024).



dos estudos sobre a história pública e a história do tempo presente no Brasil.

Indo além do âmbito universitário, a partir de 2023 – com o início do novo governo Lula da Silva, ganharam impulso diversas iniciativas que revigoraram os debates públicos sobre as memórias do golpe e da ditadura militar. Entre elas, destacam-se: a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP);²¹ as cerimônias públicas de entrega de certidões de óbito retificadas para pessoas mortas e desaparecidas durante a ditadura;²² o tombamento de antigos espaços de repressão;²³ e projetos voltados ao mapeamento de locais históricos da ditadura em diferentes estados brasileiros.²⁴ Essas iniciativas foram promovidas, sobretudo, pela Comissão Nacional da Anistia e pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

No mesmo sentido as CUVs, objeto de análise deste artigo, continuam a surgir e a acumular ações de reparação histórica, mantendo vivo o debate democrático nos espaços acadêmicos e públicos, como evidenciam as recentes iniciativas. Na década de 2020, esse movimento tem contribuído para a reativação das propostas de reparação e reafirma o compromisso das universidades com as pautas de memória e justiça.

365

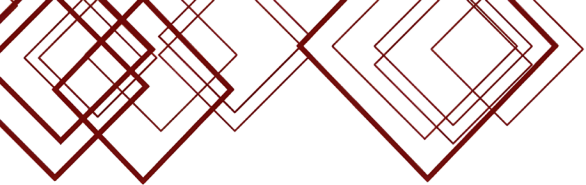
A atual visibilidade gerada pelas CUVs tem sido notável: as manifestações por memória, a grande audiência das reuniões dos Conselhos Universitários nos dias das votações das cassações dos títulos, os atos simbólicos para ratificar a retirada das homenagens ganharam

21 Maiores informações, disponíveis em: <https://adusp.org.br/memoria/cemdp/>.

22 Maiores informações, disponíveis em: <https://assuntos/noticias/2025/outubro/governo-federal-entrega-63-certidoes-de-obito-retificadas>.

23 Maiores informações, disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/iphan-aprova-tombamento-da-antiga-sede-do-dops-norio-de-janeiro>.

24 Entre essas iniciativas podemos citar: Projeto Lugares de memória e consciência (2023), Lugares de Memória da Ditadura Militar (MDHUC, 2025).



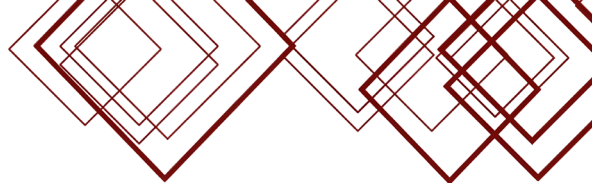
amplo espaço na mídia e nas redes sociais. Nesse cenário, em resposta ao contexto de arbitrariedade recentemente encerrado, as universidades consolidaram-se como locais privilegiados para a implementação de intervenções voltadas à retirada do espaço público das inscrições materiais e simbólicas do passado autoritário.

Tais ações de memória devem ser compreendidas como reflexos da correlação de forças presente na sociedade. Nesse novo cenário, a extrema direita brasileira mobilizou a defesa do passado autoritário como forma de justificar seu projeto político-partidário. O período de funcionamento da CNV, entre 2012 e 2014, foi marcado por intensas polêmicas e disputas em torno do legado da ditadura militar. Nesse contexto, debates sobre o passado – antes restritos ao meio acadêmico, a grupos de familiares de desaparecidos políticos e a representantes de militares da reserva – ganharam visibilidade pública, evidenciando as múltiplas controvérsias acerca da ditadura e da história do Brasil.

Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 – e as tentativas de mitigar seus propósitos autoritários – podem ser analisados sob a chave do negacionismo histórico. Observa-se que as disputas políticas em torno da memória, intensificadas entre 2016 e 2022, articularam-se em duas frentes principais: em primeiro lugar, pela “simples” negação histórica; em segundo, pela estagnação das políticas públicas. Somadas, essas estratégias contribuíram para a asfixia das medidas de Justiça de Transição no Brasil. Mas, recentemente, os debates públicos sobre o passado autoritário foram intensificados por diversas ações de memória.

Considerações finais

Atualmente, as intervenções memoriais não apenas denunciam as graves violações de direitos humanos ocorridas no pretérito, como



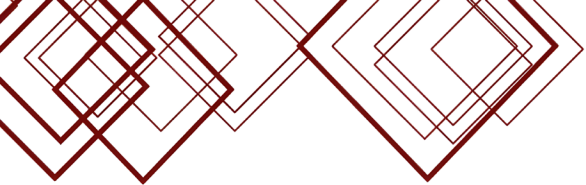
também promovem uma tripla inscrição nas instituições de ensino: durante a ditadura, as universidades foram simultaneamente espaços de *resistência* e de *repressão*; na conjuntura atual, configuram-se como lugares privilegiados de *reparação histórica*. Nesse sentido, a História do Tempo Presente constitui uma ferramenta fundamental para orientar os historiadores diante dessa complexa conjuntura.

François Bédarida (1998) é uma importante referência para refletirmos sobre os pressupostos centrais da História do Tempo Presente e do papel do historiador diante das disputas que marcam o momento atual. Segundo o autor, cabe ao historiador assumir plena responsabilidade na elaboração de interpretações sobre acontecimentos historicamente sensíveis. Enfatiza, sobretudo, a dimensão cívica dessa atuação, destacando a presença dos historiadores nos debates públicos em resposta às demandas sociais da História.

367

No Brasil, Marieta de Moraes Ferreira (2012; 2018) foi uma das primeiras pesquisadores a problematizar o novo cenário e os desafios em torno das atividades da CNV. Segundo a historiadora, a Lei de Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, representaram a “grande virada” para a História do Tempo Presente no Brasil. Esses mecanismos não apenas impulsionaram novas pesquisas sobre a ditadura militar, como também trouxeram desafios teórico-epistemológicos, éticos e políticos aos historiadores.

Sobre a participação dos historiadores nas comissões da verdade, Rodrigo Patto Sá Motta (2013) argumenta que há um crescente interesse público e político pelo tema, impulsionado pelas demandas por justiça e pelo legado de Estados autoritários e repressivos. O autor sustenta que a presença dos historiadores é indispensável e decisiva, uma vez que sua formação profissional e experiência oferecem uma contribuição



específica e essencial para a compreensão do passado recente.

De acordo com Angélica Müller (2024), o “momento CNV” – período compreendido entre 2012 e 2014, marcado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – abriu espaço para uma série de reflexões e diálogos sobre a posição dos profissionais da história. Essa autora considera esse acontecimento como um ponto de virada (*turn point*) para o debate acadêmico em torno do tempo presente brasileiro.

Assim, a historiografia brasileira, impulsionada pelo “momento CNV”, tem buscado definir um novo campo para a História do Tempo Presente, baseado na renovação metodológica (interdisciplinaridade e novas temporalidades), no compromisso ético-social e no engajamento público dos historiadores.

368

Ainda segundo Angélica Müller (2024), a conjuntura atual, marcada pelo tensionamento entre a função social e científica da história, evidenciam uma virada da historiografia para a responsabilidade do historiador e para pensar uma história do tempo presente a partir do Sul. Essa permanente tensão política entre as temporalidades, como observa a autora, é fundamental para moldar a noção de passado e de presente.

Esse fato evidencia um aspecto central das pesquisas sobre as comissões da verdade no Brasil, em especial das CUVs: seu caráter “inacabado”. Tal característica, como observa Christian Delacroix (2018), constitui um dos principais desafios da História do Tempo Presente.

No contexto atual, considerando que a CNV e as demais comissões setoriais tiveram prazos definidos, as comissões universitárias permanecem como as únicas ainda ativas. Essa continuidade evidencia uma característica central da temporalidade desse fenômeno no Brasil: seu caráter de “não fechamento”. Nesse cenário, temas relacionados às ditaduras militares e aos contextos políticos atuais ganham destaque e

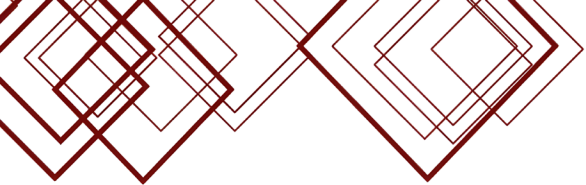


contribuem para a reformulação da prática historiográfica.

Essa continuidade permite que as universidades elaborem novas interpretações, ampliem o alcance dos debates públicos e, sobretudo, reforcem seu compromisso com a defesa da democracia. O desafio colocado aos historiadores do tempo presente – e que também se configura como uma questão para futuras pesquisas – consiste em compreender de que modo o movimento de reparações históricas nas universidades poderá se sustentar, tensionando continuamente os limites entre lembrança e esquecimento, democracia e autoritarismo e memória e justiça.

Referências bibliográficas

- BÉDARIDA, F. As responsabilidades do Historiador expert. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e cantos da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998, p. 145-153.
- BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.
- BUARQUE DE HOLLANDA, C., & Israel, V. P. (2020). Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista De Sociologia E Política*, 27(70), 1–21.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- FERREIRA, M. M. Demandas sociais e História do Tempo Presente. In: VARELLA, F. et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e



a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./ mar. 2018.

FAGUNDES, P. E. Da monumentalização do passado às Comissões da Verdade: história e historiografia da Ditadura Militar no Estado do Espírito Santo. In: FAGUNDES, P. E.; GOMES, P. C.; DUARTE, A. R. F.; ALMEIDA, A. S.; JOFFILY, M. *A Ditadura fora do eixo*. Serra: Identidade Editorial, 2025, p. 533-555.

FAGUNDES, P. E.; BATISTA, A. C.; BERNARDES, B. S.; OLIVEIRA, E. F. *Brasil e as disputas do tempo presente: da Ditadura Militar às Comissões da Verdade (1964-2024)*. Serra: Identidade Editorial, 2024.

FAGUNDES, P. E. (Org.). *Relatório Final da Comissão da Verdade*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016.

370

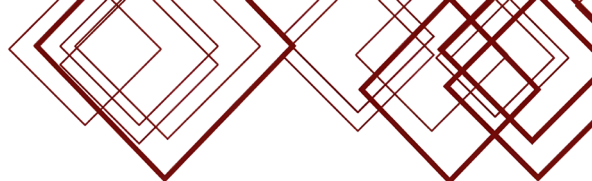
GALLO, C. A.; DEL RÍO, A.; MAIA, T. A. *Ecos do comissionismo no Brasil*. As comissões estaduais da verdade, seus desafios e legados. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023.

JO WESTHROP, A.; GARRIDO, A. G.; PARREIRA, C. G.; SANTOS, S. M. P. (Org.). *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua implementação dois anos depois*. 1. ed. Rio de Janeiro: ISER, 2016.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 9, p. 56-70, 2013.

MÜLLER, A. Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como *turn point* da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios. *Tempo e Argumento*, v. 16, n. 43, p. 2-25, 2024.



- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [s. l.], v. 10, 1993.
- PARENTONI, M. F. C. (Org.). *Intervenções nas instituições federais de ensino: reitoras e reitores eleitos e não empossados - nossa luta, nossa história*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2022.
- PERLATTO, F. *Múltiplos olhares sobre as comissões da verdade no Brasil: disputas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.
- SCHINCARIOL, R. L. F. C.; ABREU, G. O. *Fortalecimento da Democracia: monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade*. 1. ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2023.
- SCHINCARIOL, R. L. F. C.; ABREU, G. O. *Fortalecimento da democracia: monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade*. 2. ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2025. 371 [livro eletrônico].
- TENAGLIA, M. *As comissões da verdade no Brasil: contexto histórico legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Comissão da verdade da UFRN. *Relatório Final*. Natal: Ed. da UFRN, 2015.